

Pesquisadores da UFC desenvolvem base de dados sobre comportamento de vitimização no Estado

Melhorar o serviço de atendimento policial através do conhecimento dos tipos de crimes praticados no Estado. Esse é o objetivo do projeto “Montagem de uma Base de Dados Longitudinal de Vitimização do Ceará: Aspectos Sócio-Econômicos e Espaciais”, do professor José Raimundo Carvalho, do Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Há cerca de um ano, ele e outros quatro pesquisadores trabalham no desenvolvimento de uma base de dados e análise sobre o comportamento de vitimização no Estado e na construção de Laboratórios de Análise Estatística e Criminal, que deve auxiliar a orientação da gestão de segurança pública e a tomada de decisões na SSPDS-CE. Os dois projetos são apoiados pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap).

De acordo com Carvalho, muitos pesquisadores usam as estatísticas criminais para analisar a relação entre o crime e outras questões socioeconômicas. No entanto, um dos maiores problemas que eles enfrentam é a chamada “figura negra” do crime, ou seja, a diferença entre o crime oficialmente registrado e o que realmente aconteceu. “Nós vamos quantificar e qualificar isso pela primeira vez no Estado. A meta é descobrir quais são os crimes que não estão nas estatísticas (boletins de ocorrência), quantas vítimas também não aparecem ali e porque não são denunciados”, explica. Quatro mil questionários estão sendo coletados pelos pesquisadores. O público foi escolhido por amostragem, por meio de um sorteio entre populações de todos os bairros da Capital. Na segunda etapa da pesquisa, prevista para 2012, 25% dos domicílios serão outra vez entrevistados.

Outro projeto do professor também apoiado pela Funcap, o Laboratório de Análise Estatística e Criminal, que consiste em um conjunto de equipamentos computacionais, programas computacionais nas áreas de estatística, geo-



referenciamento, otimização e econométricos, e outras estruturas, já apresenta resultados. Os recursos estão sendo empregados no treinamento direcionado a um grupo de técnicos para a formação de uma massa crítica de análise de estatística criminal dentro da SSPDS-CE.

José Raimundo Carvalho acha fundamental que Funcap apoie esse tipo de projetos com aplicação direta no cotidiano da população cearense. “Os meus resultados não vão ficar só na estante. Eles serviram de subsídio para melhorar a gestão de segurança pública”, finaliza. *Da Agência Funcap.*

Diretoria da ADUFC eleita para o biênio 2011-2013 será empossada hoje

Será realizada hoje, às 18h30, no Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Ceará, a solenidade de posse da diretoria e do Conselho de Representantes da Associação dos Docentes da UFC (ADUFC), eleitos para o biênio 2011-2013. Após a solenidade haverá um coquetel nos jardins da Reitoria.

Confira os nomes que compõem a nova diretoria da ADUFC

Presidente: Marcelino Cavalcante Pequeno – Computação
Vice-Presidente: Ricardo Silva Thé Pontes- Engenharia Elétrica
Secretária-Geral: Marília Lopes Brandão – Biologia
Primeiro Secretário: Eduardo Girão Santiago – Sociologia
Tesoureira-Geral: Terezinha do Menino Jesus da Silva Leitão – Saúde Comunitária

Primeiro Tesoureiro: José Beltrão Sabadia – Geologia
Diretor de Patrimônio: Lindberg Lima Gonçalves – Engenharia Metalúrgica e de Materiais
Diretor de Relações Intersindiciais: Leonardo de Almeida Monteiro – Engenharia Agrícola
Diretora de Atividades Científicas e Culturais: Francisca Nellie de Paula Melo – Enfermagem
Diretora de Assuntos Aposentados: Mirtes Míriam Amorim Maciel – Filosofia
1ª. Suplente: Vanessa Siqueira de Castro Teixeira – Engenharia Elétrica – Sobral
2ª. Suplente: Henry Poncio Cruz de Oliveira – Ciência da Informação – Cariri

Semana do Meio Ambiente é celebrada em Fortaleza

Na semana dedicada ao meio ambiente, o verde tomou conta de Fortaleza. Várias iniciativas foram realizadas para chamar atenção da população sobre a importância da preservação ambiental. As ações continuam no fim de semana.

Na quinta-feira (02), o diretor de Campanhas do Greenpeace no Brasil, o advogado Sérgio Leitão, esteve na cidade, a convite do vereador João Alfredo (PSOL), presidente da Frente Ambientalista da Câmara Municipal, para debater a atuação da sociedade na defesa do meio ambiente. Segundo ele, é necessário que a conscientização sobre a importância do meio ambiente seja iniciada ainda nas escolas, com iniciativas como campanhas para coleta seletiva, por exemplo.

A Assembleia Legislativa do Ceará também participou das celebrações. Na última quarta-feira (01), o presidente, deputado Roberto Cláudio (PSB), instalou a Conferência Regional do Meio Ambiente – A Caatinga e a Rio+20. “O desenvolvimento econômico precisa estar associado à preservação ambiental. O meio ambiente não é mais obstáculo, mas uma variável para o processo de longo prazo de desenvolvimento”, afirmou o deputado. O presidente da casa também destacou a necessidade de mais debates sobre o bioma caatinga, segundo ele, uma questão vital para o Ceará, pois o ecossistema abrange 90% do território do Estado.

Na segunda-feira (30) e na terça (31), foi realizado, pela Assembleia, o 3º Fórum de Ideias Inovadoras em Políticas Públicas (FIP), com o tema “Economia verde: uma agenda nas esferas públicas e privadas”. Políticos, economistas e ambientalistas debateram a relação entre a sustentabilidade e o desenvolvimento. O encontro contou com a participação do ex-deputado federal Ciro Gomes, que comandou a palestra “Desenvolvimento sustentável e políticas públicas”.



A Superintendência Estadual do Meio Ambiente e o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (Conpam) promovem, desde o dia 1º, palestras sobre consumo consciente, implantação de ilhas de coleta seletiva, oficina de reaproveitamento de alimentos, blitz educativa, distribuição de mudas, apresentação teatral e exibição do documentário “Lixo Extraordinário”. As ações prosseguem até domingo (05).

Pensando nas crianças, o Zoológico Municipal Sargento Prata elaborou uma programação especial para o fim de semana, com exposição de fotos, dinâmicas, historinhas, desenhos, teatro de fantoche e pintura de rosto. O zoológico abriga cerca de 156 espécies, entre aves, mamíferos e répteis.

Consecti e Confap reivindicam marco legal específico para CT&I

Não basta revisar a legislação existente no país. É preciso criar um novo arcabouço legal específico para a área de ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Esta é a conclusão do fórum conjunto dos conselhos nacionais de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti) e das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap), realizado em Belo Horizonte (MG), nesta semana.

Ao longo de dois dias, os gestores apontaram quais são as principais dificuldades encontradas para desenvolver pesquisas atualmente no Brasil e um grupo de trabalho composto por procuradores, assessores jurídicos e representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou as diretrizes para o novo marco legal. De acordo com os presidentes dos conselhos, a ideia é apresentar o texto final na Câmara dos Deputados e no Senado Federal já no próximo semestre.

“O nosso entendimento é de que não é possível remendar nada. Nós precisamos de um arcabouço legal que respeite as especificidades do setor”, disse o presidente do Consecti, Odenildo Sena. O trabalho, segundo ele, não ficará restrito a estas duas instâncias. As discussões envolverão o MCT e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), por exemplo.

Um ponto forte das discussões foi a Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/93). Na opinião da comunidade científica, a compra de material de pesquisa por meio desse instrumento é um dos maiores entraves hoje. “O grande obstáculo para o avanço da CT&I no Brasil é o arcabouço legal, mais até mesmo do que recursos financeiros, que também necessitam crescer. Precisamos de um marco regulatório adequado para a realidade da ciência e do século do conhecimento”, defendeu o presidente do Confap, Mário Neto Borges.

Presente no evento, o deputado Sibá Machado (PT-AC), integrante da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara, também criticou a legislação atual. Na opinião dele, a Lei de Licitações é burocrática e a Lei de Informática (8.248/91), embora importante, não prioriza a produção de software, o que resulta num baixo impacto na cadeia de valor e nas atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

“Os nossos arcabouços legais estão muito defasados para atender às especificidades do mercado de novas tecnologias. Dessa forma, o Brasil tem o maior déficit da sua história na balança comercial de inovação”, criticou Machado. Na agenda proposta por ele, a redação final deverá ser apresentada no início de agosto para análise nas comissões de C&T das duas Casas. “Se houver um consenso

entre a Câmara e o Senado é possível propor uma Medida Provisória. Caso contrário, a Câmara apresentará um Projeto de Lei”, disse na segunda-feira (30).

A proposta divulgada na terça-feira (31) sugere maior facilidade na importação de equipamentos, com exclusão da exigência de certidão de não-similaridade; criação de um modelo de manual de prestação de contas unificado; e possibilidade de financiamento reembolsável e não apenas fomento das ações que tenham vínculo com inovação.

“Hoje muitos acórdãos do TCU estão saindo com sugestões para o aperfeiçoamento da própria legislação. Ela tem lacunas, tem pontos que podem ser melhorados”, reconheceu Ângela Brusamarello, da 6ª Secretaria de Controle Externo do tribunal, que também acompanhou os debates.

Na avaliação de Mário Neto, a presença do TCU foi fundamental para o sucesso das discussões, já que caberá ao órgão fiscalizar o uso dos recursos públicos. “Estamos lidando com dinheiro público e queremos fazer bom uso dele. Entendemos que essa verba deva ser controlada sim, mas com uma legislação adequada e com uma fiscalização que observe os resultados da CT&I”, completou.

Novo arcabouço

Entre as principais considerações apresentadas na terça-feira (31), é possível citar: a criação de uma nova norma que venha a regular as contratações e aquisições em ações que tenham relação com CT&I, com a possibilidade de escolha de marca e modelo mediante justificativa técnica e contratação e aquisição simplificada, a partir de três orçamentos, por exemplo.

A nova estrutura do arcabouço desenhada durante o primeiro fórum conjunto do Consecti e Confap deste ano também sugere que nos convênios e contratos firmados, especialmente com os órgãos federais de fomento, seja permitido que os recursos sejam classificados como rubrica de apoio à pesquisa, sem a vinculação em custeio ou capital.

“Pelo que foi traçado, os próximos dois meses serão de ajustes e discussão, de tal modo que até agosto, a minuta comece a ser discutida no Congresso Nacional”, completou Sena. Outra reivindicação é que a Lei de Inovação (Lei nº. 10.973/2004) possibilite o financiamento público, apoio e fomento estatal para obras de infraestrutura em parques tecnológicos. Eles propõem ainda que a Lei do Bem (Lei nº. 11.196/2005) seja ampliada para as empresas que trabalham com contabilidade fundada em lucro presumido. *Do Gestão C&T. Por Cynthia Ribeiro.*